

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 55.209 - SP
(2017/0224838-6)**

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : M.M. & PRIMO COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI
ADVOGADOS : TOSHINOBU TASOKO - SP314181
LUCAS CAMARGO GANDRA TAVARES E OUTRO(S) - SP320181
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de Agravo interno, interposto por MM & PRIMO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - EIRELI, em 05/10/2017, contra decisão de minha lavra, publicada em 14/09/2017, assim fundamentada, **in verbis**:

"Trata-se de Recurso Ordinário, interposto pelo M.M. & PRIMO COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI, com base na alínea **b** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

'AGRAVO INTERNO - R. decisão monocrática que indeferiu a inicial em mandado de segurança originário impetrado pela agravante - Decisão que se sustenta por seus próprios e jurídicos fundamentos - Recurso manifestamente improcedente - Aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC - Recurso improvido, com determinação' (fl. 161e).

Inconformada, no Recurso Ordinário, a parte alega que:

IV. DA PRELIMINAR DE APLICAÇÃO INDEVIDA DE MULTA PROCESSUAL

Preliminarmente, necessário que se esclareça que os agravos internos interpostos no curso da demanda e o pedido de reconsideração apresentado não caracterizam o fato ensejador da aplicação de multa, conforme prescrito no artigo 1.021, § 4º, do NCPC.

O v. acórdão recorrido entendeu serem, os recursos apresentados, manifestamente inadmissíveis ou manifestamente improcedentes, aplicando multa processual na porcentagem máxima prevista em lei, conforme segue:

(...)

Tal entendimento também foi aplicado no agravo interno interposto contra a r. decisão monocrática que negou o pedido de liminar, sendo aplicada multa de 3% neste caso, observe:

(...)

O entendimento exarado nos dois acórdãos adrede expostos não está em consonância com o entendimento desse Egrégio Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista o que traz a jurisprudência dessa Corte Superior:

(...)

A irresignação da recorrente quanto ao teor do v. acórdão recorrido é totalmente plausível e fundamentada em entendimento legal e jurisprudencial.

Ademais, cabe salientar que para se ter acesso à superior instância necessário se faz o esgotamento das vias ordinárias por meio da interposição de agravo interno, conforme entendimento sedimentado desse Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Como sabemos, a aplicação de multa processual só é cabível em casos de manifesta inadmissibilidade ou improcedência, o que não é o caso das petições apresentadas pela recorrente, que tinha a finalidade precípua de esgotar as vias recursais na instância ordinária.

Por outro lado, vê-se que não houve tumulto processual nem prejuízo temporal, haja vista que a segurança requerida fora denegada de início, permanecendo o processo originário no mesmo estado desde a impetração do Mandado de Segurança, sem qualquer prejuízo à exequente no processo originário.

Portanto, não deve prevalecer a aplicação de multa processual no caso concreto, conforme entendimento jurisprudencial exposto.

V. DA REFORMA DA DECISÃO QUE INADMITIU O MANDADO DE SEGURANÇA

Traz-se à colação os ensinamentos do saudoso doutrinador Hely Lopes Meirelles, *in* Mandado de Segurança e Ações Constitucionais, Editora Malheiros, 34ª edição: São Paulo – 2012, págs. 44/45, *verbis*:

Inadmissível é o mandado de segurança como substitutivo do recurso próprio, pois por ele não se reforma a decisão impugnada, mas apenas se obtém a sustação de seus efeitos lesivos ao direito líquido e certo do impetrante, até a revisão do julgado no recurso cabível. Por isso mesmo, **a impetração pode – e deve – ser concomitante com o recurso próprio (apelação, agravo correção parcial), visando unicamente a obstar à lesão efetiva ou potencial do ato judicial impugnado** (grifou-se).

As decisões judiciais dos Tribunais vêm seguindo o mesmo

entendimento:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA PARA SUSPENDER ATO JUDICIAL. **DECISÃO ILEGAL E TERATOLÓGICA.** TERCEIRO PREJUDICADO. CABIMENTO DA AÇÃO MANDAMENTAL. I- Não há que ser acolhido agravo regimental que postula reconsideração de liminar concedida em mandado de segurança para suspender ato judicial, se verificada a ilegalidade, gravidade e urgência da situação. **II-Tratando-se de decisão judicial ilegal e teratológica é plenamente cabível o ataque direto pela via do mandamus, precipuamente se o recurso adequado mostra-se insuficiente para reprimir a ilegalidade e obstar a lesão.** III- O terceiro prejudicado pode impetrar ação mandamental em face de ato judicial independentemente da interposição do recurso previsto nas leis processuais. Precedentes do STJ (Súmula nº 202). IV- Agravo Regimental improvido.

TJ-MA - AGR: 0007044-23.2000.8.10.0000. Rel. CLEONES CARVALHO CUNHA, DJ: 17/07/2000.

E também, a exemplo de Mandado de Segurança impetrado contra decisão judicial recorrível, veja-se:

AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. MODIFICAÇÕES TRAZIDAS PELA MINIRREFORMA ELEITORAL. MENÇÃO A PRÉ-CANDIDATURA. PERMITIDO. ALEGAÇÃO DE NÃO CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA. NECESSIDADE DE A DECISÃO SER TERATOLÓGICA. SEM VIA RECURSAL PREVISTA. NÃO SE APLICA.

DESPROVIMENTO. 1. A minirreforma eleitoral de 2015 alterou substancialmente o entendimento que se tinha a respeito de propaganda eleitoral antecipada. Condutas que pela Res. nº 23.370/11 seriam consideradas como propaganda antecipada, hoje, com base na Res. nº 23.457/15, não mais o serão. 2. Divulgar pretensa candidatura, realizar visitas e encontros para divulgar as propostas partidárias não configuram propaganda irregular antecipada. 3.

Decisões judiciais que suspendam atos de propaganda eleitoral, sem levar em consideração as modificações introduzidas pela minirreforma eleitoral, devem ter seus

efeitos suspensos, pois ferem direito líquido e certo do indivíduo de praticar atos de pré- campanha na forma do art. 36-A. **4. Para fins de cabimento do mandado de segurança, somente se exige que a decisão seja teratológica quando essa for recorrível;** na situação oposta, ou seja, quando não houver via recursal prevista, a decisão, sendo ou não teratológica, poderá ser atacada por mandado de segurança, a fim de que o indivíduo não fique com seu direito líquido e certo ameaçado ou tolhido.

TRE-PA - MS: 0000076-69.2016.6.14.0000, Rel: AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES, DJ: 19/07/2016, DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 136, Data 28/07/2016, Página 5-6

Tal entendimento se coaduna com os princípios da efetividade e da instrumentalidade processuais, devendo ser observado em cada caso o fim último do processo, sendo este, desde a muito tempo, o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Necessária se faz, portanto, a reforma do v. acórdão concedendo-se a segurança a fim de anular o ato teratológico que determinou a substituição da penhora, ferindo direito líquido e certo da impetrante.

Observa-se, ademais, que a jurisprudência desse Egrégio Tribunal Superior tem decidido pela impossibilidade de se substituir garantia já formalizada por penhora de ativos financeiros, conforme segue:

(...)

Portanto, em respeito ao entendimento desse Egrégio Superior Tribunal de Justiça e às súmulas 70, 323 e 547 do STF, como também, ao artigo 5º, incisos XXXV, LIV, LV e LXIX da Constituição Federal, vem a recorrente requerer a reforma do v. acórdão proferido pela Colenda 6ª Câmara de Direito Público do Estado de São Paulo que denegou a segurança.

VI. DA CONCESSÃO DE LIMINAR

Dada a demonstração da gravidade dos fatos ocorridos, o risco de perecimento total da empresa recorrente, caso haja demora e a demonstração clara do '*fumus boni iuris*', requer a recorrente seja anulado o ato que determinou a penhora de ativos financeiros da empresa recorrente a fim de substituir a penhora já formalizada nos autos da execução fiscal ferindo direito líquido e certo da impetrante e contrariando o entendimento jurisprudencial pátrio' (fls. 172/180e).

Ao final, requer 'seja dado PROVIMENTO ao presente RECURSO ORDINÁRIO para que seja reformada a decisão recorrida no sentido de: conceder a segurança nos termos em que formulada para o fim de anular a r. decisão que deferiu a substituição da penhora já formalizada nos autos por penhora de ativos financeiros em contas bancárias da recorrente, de forma infundada, causando a paralisação das atividades da empresa executada em afronta direta às súmulas 70, 323 e 547 do STF, como também, ao artigo 5º, incisos XXXV, LIV, LV e LXIX da Constituição Federal, bem como o entendimento sedimentado desse Egrégio Tribunal, com a imediata determinação de devolução do valor indevidamente penhorado através do sistema BacenJud; Sejam canceladas as multas (1.021, § 4º, do NCPC) indevidamente aplicadas no presente caso, uma vez que os recursos interpostos tiveram o nítido propósito de esgotamento das vias ordinárias' (fl. 181e).

Não houve apresentação de contrarrazões (fl. 184e).

A irresignação não merece acolhida.

Trata-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 1/10e), contra decisão do Juízo de 1º Grau, que indeferiu o pedido de reconsideração, formulado pela parte ora impetrante, mantendo, portanto, a decisão que havia deferido a substituição da penhora outrora realizada pela penhora **on-line** (fl. 25e), requerida pela Fazenda Estadual.

Em despacho inicial, o Tribunal **a quo** indeferiu o pedido de concessão de efeito suspensivo, ao fundamento de que 'a via eleita aparenta ser inadequada, nos termos do art. 5º, II, inciso II, da Lei 12.016/2009, de modo que não se vislumbra a plausibilidade do direito invocado' (fl. 92), razão pela qual a impetrante apresentou Pedido de Reconsideração, que, por sua vez, restou assim decidido:

'Pedido de reconsideração formulado pela impetrante: mantenho a decisão que indeferiu o pedido de liminar.

A MMª Juíza *a quo* deferiu a penhora *on line* em 8 de janeiro deste ano, conforme cópia da r. decisão a fls. 25. A r. decisão copiada a fls. 26, datada do dia 25 de fevereiro, comunicou a efetivação da penhora dos ativos financeiros e abriu prazo para oposição de embargos.

Contra esta decisão, a executada tirou agravo de instrumento, que foi dirigido à eminente Desembargadora Silvia Meirelles e, ao mesmo tempo, apresentou pedido de reconsideração à MMª Juíza *a quo*.

O agravo não foi conhecido por se tratar de despacho de mero expediente, uma vez que apenas comunicou que efetivou a penhora, sendo a decisão anterior, a do dia 8 de janeiro, a que

efetivamente a deferiu.

E a MMª Juíza *a quo* manteve a decisão que deferiu a penhora. É contra esta decisão que a impetrante se insurge por meio do presente *writ*.

Mantenho a decisão de indeferimento do pedido de liminar, porquanto as alegações trazidas no pedido de reconsideração ainda não convencem da adequação da via eleita, posto que o art. 5º, inciso II, da Lei 12.016/2009 estabelece não caber mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

O fato de a impetrante ter tirado agravo de instrumento contra despacho de mero expediente, o qual não foi conhecido por tal motivo, não tem o condão de modificar o panorama da admissibilidade do *mandamus*.

Daí porque não vislumbro a plausibilidade do direito invocado, sendo, pois, hipótese de indeferimento da medida liminar' (fls. 103/104e).

Inconformada, a parte interpôs seu primeiro Agravo interno (fls. 125/127e), defendendo o cabimento do **mandamus** e a presença dos requisitos para a concessão da medida liminar. Requereu, ao final, a reforma da decisão agravada, que manteve o indeferimento da liminar.

O Tribunal de origem negou provimento ao primeiro Agravo interno, diante da sua manifesta intempestividade, com aplicação de multa processual, prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, nos termos de acórdão assim ementado:

'AGRAVO INTERNO - R. decisão monocrática que indeferiu a liminar - Pedido de reconsideração indeferido - Pedido de reconsideração que não interrompe ou suspende o prazo para a interposição do agravo interno - Intempestividade verificada - Aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC - Seguimento ao agravo negado - Inteligência do 932, inciso III, do NCPC' (fl. 140/144e).

Informações prestadas pela autoridade coatora, a fls. 113/114e.

A Desembargadora Relatora, por decisão monocrática, denegou o Mandado de Segurança, por não se cuidar do instrumento processual adequado para os fins colimados na inicial do '**writ**' (fls. 121/125e), decisão contra a qual a parte interpôs novo Agravo interno (fls. 147/156e).

No acórdão recorrido, a Corte de origem, ao negar provimento ao último Agravo interno, manteve a denegação do Mandado de Segurança, por inadequação da via processual eleita, ante a previsão

do art. 5º, II, da Lei 12.016/2009 e a Súmula 267/STF, entendendo que, 'no caso, restou exaustivamente fundamentado na decisão impugnada a impossibilidade de impetração em caso de insurgência contra ato judicial que caiba recurso, sendo inadmissível a utilização do remédio constitucional como sucedâneo recursal do recurso cabível (fls. 123/124). Ademais, não foi trazido aos autos qualquer fato novo a ensejar a reforma da decisão agravada, razão pela qual ficam mantidos os seus fundamentos' (fl. 162e). Na oportunidade, ainda, o Tribunal de Justiça do São Paulo aplicou, novamente, a multa processual prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015 (fls. 162/163e).

Daí a interposição do presente Recurso Ordinário.

Inicialmente, em relação ao pedido de afastamento das multas processuais aplicadas pelo Tribunal de origem, no julgamento de ambos os Agravos internos interpostos pela parte ora recorrente, dispõe o art. 1.021, § 4º, do CPC/2015:

'Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.

(...)

§ 4º Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.'

A jurisprudência dessa Corte Superior tem se firmado no sentido de que 'a multa aludida no art. 1.021, §§ 4º e 5º, do CPC/2015, não se aplica em qualquer hipótese de inadmissibilidade ou de improcedência, mas apenas em situações que se revelam qualificadas como de manifesta inviabilidade de conhecimento do agravo interno ou de impossibilidade de acolhimento das razões recursais porque inexoravelmente infundadas' (STJ, AgInt no RMS 51.042/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/04/2017).

In casu, ao aplicar, por duas vezes, a multa do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, a primeira vez, no julgamento do Agravo interno interposto contra a decisão que havia indeferido o Pedido de Reconsideração, e a segunda, no julgamento do Agravo interno interposto contra a decisão que denegou o **mandamus**, a Corte Estadual o fez com base nos seguintes fundamentos, respectivamente:

'Em tais casos, o NCPC prevê a aplicação de multa processual a favor da parte contrária quando a decisão do Órgão Colegiado for unânime, nos termos do que estabelece o art. 1.021, § 4º, do NCPC, *in verbis*:

(...)

Dessa forma, tendo em vista o prejuízo temporal causado ao bom andamento do feito, condeno a agravante ao pagamento de multa processual no percentual de 3% (três por cento) sobre o valor do '*writ*' (fls. 09), com base no artigo legal supra mencionado" (fl. 143e).

"Em tais casos, o NCPC prevê a aplicação de multa processual a favor da parte contrária quando a decisão do Órgão Colegiado for unânime, nos termos do que estabelece o art. 1.021, § 4º, do NCPC, *in verbis*:

(...)

Dessa forma, tendo em vista o prejuízo temporal causado ao bom andamento do feito, tendo a agravante tumultuado o feito por diversas ocasiões (pedidos de reconsideração de liminar, agravo interno de indeferimento da liminar, impetração sem fundamento legal...) condeno a agravante ao pagamento de multa processual no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor deste mandado de segurança, com base no artigo legal supra mencionado' (fls. 162/163e).

Cumpre anotar, outrossim, que, na linha do citado precedente da Segunda Turma do STJ, o agravo interno que se volta contra compreensão sedimentada na jurisprudência e que se esteia em pretensão deduzida contra texto expresso de lei enquadra-se como manifestamente improcedente, porque apresenta razões sem nenhuma chance de êxito.

Nesse sentido, confira-se os seguintes julgados da Segunda Turma:

'EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO COM APLICAÇÃO DE MULTA. INCONSTITUCIONALIDADE DA MULTA PROTETATÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. O agravo interno foi declarado manifestamente improcedente pela Segunda Turma, porquanto se insurgiu a parte contra questão jurídica já submetida ao rito do art. 543-C do CPC/73.

2. **Daí a multa de 1% do valor atualizado da causa, por força do disposto no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015: 'Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o**

órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa'.

3. Em nenhum momento, a recorrente indicou a necessidade de interposição do agravo para fins de manejo de recurso extraordinário, razão pela qual a multa deve ser mantida.

4. O artigo de lei que determina a aplicação de multa nos recursos manifestamente inadmissíveis ou improcedentes atende ao princípio da eficiência, entre outros.

5. Embargos de declaração rejeitados' (STJ, EDcl no AgInt no AREsp 908.237/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/02/2017).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA. TRIBUNAL LOCAL. DENEGACÃO. EXTINÇÃO PROCESSUAL COM OU SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. RECORRIBILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. HIPÓTESE INADEQUADA. NÃO CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. **JURISPRUDÊNCIA SEDIMENTADA. AGRAVO INTERNO. CARÁTER DE MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. COMINAÇÃO DE MULTA.**

1. A denegação do mandado de segurança mediante julgamento proferido originariamente por Tribunal de Justiça ou por Tribunal Regional Federal desafia recurso ordinário, na forma do art. 105, inciso II, alínea 'b', da Constituição da República, e não recurso especial, hipótese esta de erro grosseiro que obstaculiza a fungibilidade.

Jurisprudência remansosa do STJ.

2. O art. 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009, transformou em texto de lei a compreensão desde antes sufragada pela jurisprudência, de que a extinção do processo mandamental com ou sem resolução de mérito implica sempre a denegação da ordem, isso a autorizar a interposição do recurso ordinário.

3. O agravo interno que se volta contra essa compreensão sedimentada na jurisprudência e que se esteia em pretensão deduzida contra texto expresso de lei enquadra-se como manifestamente improcedente, porque apresenta razões sem nenhuma chance de êxito.

4. A multa aludida no art. 1.021, §§ 4º e 5º, do CPC/2015, não se aplica em qualquer hipótese de inadmissibilidade ou de improcedência, mas apenas em situações que, como a presente, se revelam qualificadas como de manifesta inviabilidade de conhecimento do agravo interno ou de impossibilidade de acolhimento das razões recursais porque inexoravelmente infundadas.

5. Agravo interno não provido, com a condenação do agravante ao pagamento de multa de cinco por cento sobre o valor atualizado da causa, em razão do reconhecimento do caráter de manifesta improcedência, a interposição de qualquer outro recurso ficando condicionada ao depósito prévio do valor da multa' (STJ, AgInt no REsp 1.606.291/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2016).

Nesse contexto, não merece acolhida a pretensão recursal de afastamento das multas, eis que o Tribunal de origem, ao aplicá-las, decidiu de forma suficientemente fundamentada e de acordo com a orientação firmada na jurisprudência do STJ.

Quanto ao mais, consoante assentado pela Primeira Turma do STJ, no RMS 33.042/SP (Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe de 10/10/2011), e também pela Segunda Turma do STJ, no AgRg no RMS 36.974/SP (Rel. Ministro MAURO CAMPBELL, DJe de 25/04/2012), no regime da Lei 12.016/2009, subsistem os óbices que sustentam a orientação das Súmulas 267 e 268 do STF, no sentido de que, mesmo na hipótese de decisão judicial sujeita a recurso sem efeito suspensivo, o mandado de segurança (a) não pode ser transformado em alternativa recursal, como substitutivo do recurso próprio, e (b) não é cabível contra decisão judicial revestida de preclusão ou com trânsito em julgado.

Como observado pelo Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, no retromencionado precedente da Primeira Turma, mesmo quando impetrado contra decisão judicial sujeita a recurso sem efeito suspensivo, o mandado de segurança não dispensa a parte impetrante de interpor o recurso próprio, no prazo legal. Também não cabe mandado de segurança contra decisão judicial já transitada em julgado, porque admiti-lo seria transformá-lo em ação rescisória.

In casu, ao impetrar o Mandado de Segurança, a parte recorrente impugnou decisão do Juízo de 1º Grau, que manteve o deferimento da substituição da penhora já realizada pela penhora **on-line**, não tendo sido interposto, porém, o recurso cabível, qual seja, o Agravo de Instrumento.

Convém salientar que o Agravo de Instrumento noticiado nos

presentes autos, na verdade, foi interposto contra despacho de mero expediente, e não contra a decisão que deferiu a substituição da penhora. Conforme bem observado pela instância de origem, 'a r. decisão copiada a fls. 26, datada do dia 25 de fevereiro, comunicou a efetivação da penhora dos ativos financeiros e abriu prazo para a oposição de embargos. (...). O agravo não foi conhecido por se tratar de despacho de mero expediente, uma vez que apenas comunicou que efetivou a penhora, sendo a decisão anterior, a do dia 8 de janeiro, a que efetivamente a deferiu. E a MMª Juíza **a quo** manteve a decisão que deferiu a penhora. É contra esta decisão que a impetrante se insurge por meio do presente **writ**' (fl. 103e).

Desse modo, constata-se que contra a decisão que efetivamente deferiu a penhora **on-line** em substituição à penhora anteriormente realizada, datada de 8 de janeiro de 2016 (fl. 25e), bem como contra a decisão que manteve a substituição da penhora, a parte recorrente não interpôs o recurso cabível, qual seja, o Agravo de Instrumento, optando por impetrar o presente Mandado de Segurança.

Com efeito, é firme a jurisprudência desta Corte e do Supremo Tribunal Federal acerca do não cabimento do mandado de segurança como sucedâneo recursal, uma vez que a ação mandamental visa a proteção de direito líquido e certo contra ato abusivo ou ilegal de autoridade pública, não podendo ser utilizada de forma substitutiva, sob pena de se desnaturar a sua essência constitucional.

Assim, somente é cabível o **mandamus** contra ato judicial que não seja passível de recurso ou correção e esteja eivado de ilegalidade, teratologia ou abuso de poder dos quais decorra, para o impetrante, irreparável lesão a direito líquido e certo.

No presente caso, não se constata qualquer ilegalidade, teratologia ou abuso de poder na decisão impugnada, que manteve o deferimento da penhora **on-line** em substituição à penhora existente nos autos, condicionada à existência de ativos financeiros suficientes para o pagamento do débito.

Nesse viés, a Súmula 267/STF estabelece que 'não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção'.

A propósito:

'PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO JUDICIAL. DMAE. TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO. ASSUNÇÃO DA DÍVIDA. EXONERAÇÃO DO DEVEDOR PRIMITIVO. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. NÃO CABIMENTO DO MANDAMUS. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA NÃO PROVIDO.

1. A utilização de mandado de segurança contra ato judicial exige, além de ausência de recurso apto a combatê-lo, que

o decisum impugnado seja manifestamente ilegal ou teratológico. Precedentes: RMS 48.060/MG, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe de 15/9/2015, RMS 38.833/MG, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe de 25/9/2012, RMS 43.797/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/10/2013, RMS 45.740/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 29/8/2014, RMS 45.519/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe de 28/8/2014, RMS 43.183/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 27/8/2014.

2. Hipótese em que o Tribunal de origem manteve a decisão proferida pelo juízo da execução, que extinguiu o feito executivo ajuizado contra o devedor originário, reconhecendo que o termo de confissão e acordo extrajudicial realizado por terceiro interessado, para pagamento do débito equivaleria a assunção de dívida, prevista no art. 299 do Código Civil/2002, revelando-se ausente manifesta ilegalidade ou teratologia, sendo, incabível a utilização do 'writ'.

3. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido' (STJ, RMS 46.144/MG, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 14/06/2016).

'PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 267/STF E DO ART. 5º, INC. II, DA LEI 12.016/2009.

1. Trata-se na origem de mandado de segurança ajuizado pelo ora recorrente contra decisão monocrática proferida no agravo de instrumento que indeferiu o pedido de antecipação da tutela recursal para emprestar efeito suspensivo à apelação.

2. **No regime da Lei 12.016/09, permanecem as vedações que sustentam a orientação das Súmulas 267 e 268 do STF, no sentido de que, mesmo na hipótese de decisão judicial sujeita a recurso sem efeito suspensivo, não é cabível o mandado de segurança se o ato atacado é passível de recurso próprio, bem como em face de decisão judicial com trânsito em julgado. Precedentes.**

3. **Mesmo quando impetrado contra decisão judicial sujeita a recurso sem efeito suspensivo, o mandado de segurança não dispensa a parte impetrante de interpor o recurso próprio, no prazo legal. Daí, a Súmula 267/STF: 'Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição'.**

4. No presente caso, contra decisão que examina pedido de efeito suspensivo à apelação interposta cabia agravo regimental.

5. Desse modo, não foi preenchido o requisito de admissibilidade da regularidade formal, o que inviabiliza o conhecimento do recurso.

Precedentes.

6. Recurso ordinário não provido. Embargos de declaração de fls. 1090/1104 prejudicados' (STJ, RMS 37.712/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/08/2013).

Ademais, confira-se o teor do art. 5º da Lei 12.016/2009:

'Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar:

(...) II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo'.

Consoante bem decidiu o Tribunal de origem, 'restou exaustivamente fundamento na decisão impugnada a impossibilidade de impetração em caso de insurgência contra ato judicial que caiba recurso, sendo inadmissível a utilização do remédio constitucional como sucedâneo recursal do recurso cabível' (fl. 162e).

Ora, 'o mandado de segurança não é sucedâneo de agravo de instrumento não interposto no momento próprio' (STJ, RMS 14.487/ES, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJ de 17/06/2002, p. 254). Portanto, efetivamente incidem, na espécie, o art. 5º, II, da Lei 12.016/2009 e a Súmula 267/STF.

Confira-se a reiterada jurisprudência dessa Corte Superior:

'AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO DO WRIT CONTRA DECISÃO SUJEITA A RECURSO ESPECÍFICO. SÚMULA 267/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É incabível o mandado de segurança quando impetrado contra decisão judicial sujeita a recurso específico, no caso, o agravo de instrumento. Aplica-se, na hipótese vertente, a Súmula 267 do STF, que determina: não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.

2. Agravo regimental não provido' (STJ, AgRg no RMS 50.012/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO,

QUARTA TURMA, DJe de 21/03/2016).

'AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO ESPECÍFICO - INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 267/STF - INIDONEIDADE DA VIA MANDAMENTAL.

1. O mandado de segurança não pode ser utilizado como sucedâneo do recurso legalmente cabível, sendo medida excepcional e extrema, admissível somente em casos de ilegalidade ou abuso de poder, por parte do prolator do ato processual impugnado.

2. No caso dos autos, o ora agravante impetrou ordem em mandado de segurança a fim de questionar ordem judicial que determinou a retirada de bens de imóvel que foi objeto de hasta pública, sob às suas expensas. **Nesse contexto, o eg. Tribunal de origem bem ponderou a incidência da Súmula 267 do STF porquanto, cabível, na hipótese, a interposição de agravo de instrumento.** Precedentes.

2. Agravo regimental desprovido' (STJ, AgRg no AgRg no RMS 33.541/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 12/05/2015).

'PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO JUDICIAL QUE DEFERE BLOQUEIO ON LINE, VIA BACENJUD. **CABIMENTO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO-CABIMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA.**

1. Por se tratar de mandado de segurança que impugna decisão judicial que determina o bloqueio on line, via BacenJud, de valores depositados em conta corrente do impetrante, **tem-se hipótese de provimento judicial atacável via recurso adequado - agravo de instrumento -, o que afasta a possibilidade de utilização do mandado de segurança** (art. 5º, inc. II, da Lei 1.533/51 e Súmula 267 do Supremo Tribunal Federal). Nesse sentido: RMS 25.983/BA, 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJe de 30.4.2008; AgRg no RMS 26.638/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 16.4.2009; RMS 30.864/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 8.6.2010; RMS 26.827/AL, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 7.4.2011.

2. Recurso ordinário não provido' (STJ, RMS 34.443/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/08/2011).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LEVANTAMENTO DE VALORES REMANESCENTES. IMPOSSIBILIDADE. AUTOS PRINCIPAIS NA CORTE AD QUEM. DECISÃO SINGULAR. **EXISTÊNCIA DE RECURSO CABÍVEL CONTRA A DECISÃO QUE SE IMPUGNA POR MEIO DO MANDAMUS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA 267 DO STF. INCIDÊNCIA.**

1. Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança que fora impetrado contra decisão de magistrado singular que entendeu pela impossibilidade de concessão de alvará para levantamento de quantia remanescente, tendo em vista que os autos principais estariam em trâmite na Corte ad quem, fato que transferiria a competência para tal análise ao TRF da 1ª Região.

2. **'O mandado de segurança não é sucedâneo de recurso, sendo imprópria a sua impetração contra decisão judicial passível de impugnação prevista em lei, consoante o disposto na Súmula 267 do STF'** (AgRg no MS 15.367/PA, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Corte Especial, DJe 08/11/2010).

3. **No caso dos autos, a ação mandamental deu-se como substitutivo de recurso de agravo de instrumento, fato que atrai a incidência do enunciado sumular n. 267/STF.**

4. Recurso ordinário não provido' (STJ, RMS 25.403/RO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/02/2011, DJe 16/02/2011).

No que concerne ao argumento da parte impetrante em relação à necessidade da impetração do **mandamus** para concessão de efeito suspensivo, visando obstar a lesão efetiva ou potencial do ato judicial impugnado, observa-se que, desde a Lei 9.139/95, é possível a atribuição de efeito suspensivo com a interposição do Agravo de Instrumento, o que denota, além do manifesto descabimento, a desnecessidade do presente Mandado de Segurança.

A esse respeito, a Corte Especial do STJ consignou que 'as sucessivas reformas do Código de Processo Civil estabeleceram um processo cíclico para o agravo de instrumento: Inicialmente, ele representava um recurso pouco efetivo, de modo que sua interposição vinha sempre acompanhada da impetração de mandado de segurança que lhe atribuisse efeito suspensivo. Visando a modificar essa distorção, a Lei 9.139/95 ampliou o espectro desse recurso, tornando-o ágil e efetivo, o que praticamente eliminou o manejo dos 'writs' para a tutela de direitos supostamente violados por decisão

interlocutória' (STJ, RMS 25.934/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, DJe de 09/02/2009).

A propósito, confira-se a consolidada jurisprudência do STJ:

'Recurso Ordinário. Mandado de Segurança. Súmula 267/STF.

1. Indeferido liminarmente o mandado de segurança e negado provimento ao respectivo agravo regimental, cabe a interposição do recurso ordinário constitucional, pois não concedida a ordem pretendida.

2. O mandado de segurança não é sucedâneo do agravo de instrumento, ao qual poderá ser concedido efeito suspensivo (Lei 9.139/95).

3. Recurso ordinário conhecido e desprovido' (STJ, RMS 19.731/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, DJ de 20/08/2007, p. 267).

'PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL.

1. A Lei 9.139/95 autorizou ao relator a atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento ou à apelação, nos termos do art. 558 do Código de Processo Civil.

2. O mandado de segurança não é sucedâneo de recurso. A irresignação contra a ato judicial somente poderia ser questionada pela via do agravo de instrumento e este, se for o caso, por um dos recursos extraordinários, de acordo com a abordagem da matéria, pelo prisma da constitucionalidade ou da legalidade.

3. Recurso ordinário improvido' (STJ, RMS 21.381/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJ de 02/08/2006, p. 229).

'PROCESSO CIVIL - RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - PENHORA E ADJUDICAÇÃO DE IMÓVEL - ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE POR PARTE DA CÔNJUGE (BEM DE FAMÍLIA - LEI 8.009/90) - ATO JUDICIAL PASSIVO DE RECURSO PRÓPRIO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EFEITO SUSPENSIVO - LEI 9.139/95 - DESCABIMENTO DA VIA MANDAMENTAL - SÚMULA 267/STF - DESPROVIMENTO.

1 - O mandado de segurança não é sucedâneo do recurso próprio, salvo em situações teratológicas da decisão ou havendo possibilidade desta causar dano irreparável ou de difícil reparação. No caso concreto, não se apresentam

nenhuma dessas hipóteses, já que, da decisão que determinou a imissão na posse de credor do bem adjudicado, bem como daquela que indeferiu a tutela antecipada nos autos da Ação Anulatória, a recorrente não interpôs qualquer recurso. Não sendo ela terceira prejudicada, porquanto intimada da penhora do imóvel, improcede a via eleita. Incidência da Súmula 267/STF. Precedentes (REsp 462.403/SC e RMS's 13.336/SP e 4.822/RJ).

2 - Ademais, registre-se que consta dos autos que tanto a recorrente como seu marido (Boletim de Ocorrência - fls. 312) residem na cidade de Votuporanga/SP, ou seja, em local bem diverso daquele onde está localizado o suposto 'bem de família impenhorável' (Fernandópolis/SP).

3 - Recurso Ordinário desprovido' (STJ, RMS 13.047/SP, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, DJ de 28/03/2005, p. 256).

I - Com o advento da Lei 9.139/95, perdeu sentido a utilização de Mandado de Segurança, para imprimir efeito suspensivo a agravo de instrumento. Eis que é possível ao relator do agravo suspender os efeitos da decisão recorrida. (Art. 558 do Código de Processo Civil, em sua redação atual).

II - Se o pedido de Segurança é anterior à Lei 9.139/95, nem por isto, o agravante perde a oportunidade de pedir ao relator, a suspensão do ato recorrido. Em tal circunstância, desaparece o interesse em obter o Mandado de Segurança (STJ/RMS 6.199)' (STJ, RMS 15.024/MG, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, DJ de 04/11/2002, p. 146).

Por fim, declarada a inadmissibilidade do Mandado de Segurança, nos termos do art. 5º, II, da Lei 12.016/2009 e da Súmula 267 do STF, a decisão tomada torna incompatível qualquer pronunciamento judicial acerca do mérito do pedido de concessão da liminar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, **b**, do Regimento Interno do STJ, nego provimento ao Recurso Ordinário" (fls. 195/209e).

Inconformada, sustenta a parte agravante que:

"Preliminarmente, em breve síntese, a nobre Relatora entende não ser o caso de afastamento das multas aplicadas pelo Tribunal **a quo** por entender que os Agravos internos interpostos se mostraram incabíveis, alegando que o Tribunal **a quo** decidiu de forma

suficiente a matéria posta em julgamento:

(...)

Data maxima venia, conforme se depreende da jurisprudência acostada na r. decisão, os casos em que se faz aplicável a multa do art. 1.021, §§ 4º e 5º, são restritos àqueles onde se observa manifesta improcedência do Agravo interno ou em casos em que sua improcedência se mostre de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória.

Desse modo, necessário seria a demonstração de que o Agravo interposto se mostrou inequivocamente infundado, o que de fato não ocorreu, cabendo a esse E. Tribunal afastar as multas aplicadas em respeito ao entendimento que vem demonstrando em seus julgados:

(...)

Ademais, observa-se que a interposição do Agravo interno em comento teve como nítido propósito o exaurimento da instância ordinária, não podendo ser aplicada a multa do art. 1.021, §§ 4º e 5º, conforme entendimento contido no Recurso Especial Representativo de Controvérsia 1.198.108/RJ, cuja relatoria coube ao Ministro Mauro Campbell Marques, **verbis**:

(...)

Desse modo, mostram-se infundadas as multas aplicadas nos dois Agravos internos, haja vista que, conforme fundamentação contida nos recursos, teriam os mesmos nítido propósito de exaurimento de instância, único modo de alçar o objeto litigioso aos cuidados desse E. Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância.

Assim, em respeito ao entendimento exarado no REsp 1.198.108/RJ, desse Egrégio Superior Tribunal de Justiça, devem ser afastadas as multas aplicadas.

Adiante, em seu r. **decisum**, a nobre Ministra Relatora entendeu ser manifestamente incabível o mandado de segurança interposto na origem, por estar se insurgindo contra ato judicial, nos termos do art. 5º da Lei 12.016/2009.

A autora tem conhecimento da norma citada e, por conta deste fato, em suas razões recursais demonstra a clara intenção de que se volta contra ato teratológico e ilegal praticado pelo juízo de primeiro grau, nos moldes do permitido pela jurisprudência consolidada desse Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Conquanto a norma prescreva que não cabe mandado de segurança contra ato judicial, existe o entendimento jurisprudencial consolidado desse Egrégio Superior Tribunal de Justiça de que, excepcionalmente, contra ato teratológico e ilegal, caberia a impetração do **writ**, o que ocorreu no presente caso.

Com o objetivo único de frisar seu cabimento, a autora demonstrou à

exaustão a ilegalidade do ato praticado pelo r. juízo de primeiro grau, traduzindo-se em ato teratológico a ser extirpado das decisões judiciais, conforme também transcrito no recurso em mandado de segurança às fls. e-STJ 179-180:

(...)

Sendo assim, o recurso interposto está em conformidade com o entendimento jurisprudencial e cumpre com os pressupostos intrínsecos e extrínsecos para sua admissibilidade e provimento" (fls. 231/239e).

Por fim, "requer se digne Vossa Excelência a reconsiderar a r. decisão agravada ou, caso assim não entenda, submeta prontamente o presente Agravo interno à apreciação do C. Órgão Colegiado competente para que dele conheça e lhe dê provimento, para o fim de reformar a r. decisão agravada que negou seguimento ao Agravo em Recurso Especial interposto, sob pena de negativa de prestação jurisdicional, por ferir o art. 93, IX da Constituição Federal, configurando-se o repudiado cerceamento de defesa insculpido no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988" (fls. 239/240e).

Impugnação da parte agravada, a fls. 243/244e, pelo não conhecimento do recurso, ou caso dele se conheça, pelo seu improvimento.

A decisão agravada deve ser reconsiderada.

De início, registra-se que, a respeito da vigência do novel diploma processual, é importante ressaltar que, observando o disposto na Lei 810/49 e na Lei Complementar 95/98, o Plenário do Superior Tribunal de Justiça, na sessão realizada dia 02/03/2016 (Ata de Julgamento publicada em 08/03/2016), por unanimidade, aprovou o Enunciado Administrativo 1, firmando a posição de que **a vigência do novo Código de Processo Civil, instituído pela Lei 13.105, de 16/03/2015, iniciou-se em 18 de março de 2016.**

De igual modo, na sessão realizada em 09/03/2016, em homenagem ao princípio **tempus regit actum** – inerente aos comandos processuais –, o Plenário do STJ também cristalizou o entendimento de que a lei a reger o recurso cabível e a forma de sua interposição é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência exata dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater.

Tal entendimento restou assim firmado:

"Enunciado Administrativo 2: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

"Enunciado Administrativo 3: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No caso, a parte recorrente foi intimada do acórdão ora recorrido em 16/12/2016 (fl. 164e), pelo que incidem, na espécie, as regras do CPC/2015.

Nos termos do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, "quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa".

O § 5º do mesmo dispositivo legal, por sua vez, dispõe que "a interposição de qualquer outro recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que farão o pagamento ao final".

Não consta dos autos, entretanto, que a parte recorrente tenha procedido ao depósito prévio da multa mencionada, motivo pelo qual o Recurso Ordinário não pode ser conhecido, nos termos do § 5º do mencionado art. 1.021 do CPC/2015.

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA COM FUNDAMENTO NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. NÃO COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO RECOLHIMENTO. PRESSUPOSTO OBJETIVO DE ADMISSIBILIDADE DE QUALQUER RECURSO QUE VENHA A SER INTERPOSTO POSTERIORMENTE. DECISÃO MANTIDA.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Nos termos do art. 1.021, § 5º, do NCPC, o prévio recolhimento da multa prevista no § 4º do referido artigo é pressuposto objetivo de admissibilidade de qualquer impugnação recursal, não se conhecendo do recurso manejado sem esse pagamento.

3. Agravo interno não conhecido" (STJ, AgInt no AREsp 1.273.179/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA

TURMA, DJe de 27/09/2018).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015 APLICADA. NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO PRÉVIO À INTERPOSIÇÃO DE QUALQUER OUTRO RECURSO. AUSÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Nos termos do § 5º do art. 1.021 do CPC/2015, a interposição de qualquer recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário da justiça gratuita, que farão o pagamento ao final.

2. **Embargos de declaração não conhecidos**" (STJ, EDcl no AgInt no AREsp 1.283.691/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 29/10/2018).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUSTIÇA GRATUITA. NECESSIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO. INDEFERIMENTO. ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. MULTA. APLICAÇÃO. RECOLHIMENTO PRÉVIO. AUSÊNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos 2 e 3/STJ).

2. A parte deve comprovar, quando intimada, sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, sob pena de indeferimento do pedido de assistência judiciária gratuita.

3. Nos termos do § 5º do art. 1.021 do CPC/2015, a interposição de qualquer recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º, exceção feita à Fazenda Pública e ao beneficiário da justiça gratuita que farão o pagamento ao final.

4. **Embargos de declaração não conhecidos**, com baixa imediata dos autos" (STJ, EDcl no AgInt nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 831.803/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 26/10/2018).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO PAGAMENTO DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015 IMPOSTA PELO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÃO CONHECIMENTO.

1. A teor do § 5º do art. 1.021 do CPC/2015, 'a interposição de

qualquer outro recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que farão o pagamento ao final'.

2. Embargos de declaração não conhecidos para, desde já, ser certificado o trânsito em julgado e serem remetidos os autos à origem" (STJ, EDcl no AREsp 1.072.703/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 27/04/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO PRÉVIO DA MULTA IMPOSTA NO AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO RECURSAL OBJETIVO. § 5º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. ACLARATÓRIOS NÃO CONHECIDOS.

1. A embargante não recolheu a multa de 1% imposta no âmbito do agravo interno, com fulcro no art. 1.021, § 4º, do CPC, de modo que, não se tratando de Fazenda Pública ou de beneficiário da Justiça gratuita, que fariam o pagamento ao final, a interposição de qualquer outro recurso, inclusive embargos de declaração, está condicionada ao depósito prévio da referida multa, o que não ocorreu na hipótese, não estando preenchido, portanto, pressuposto recursal objetivo de admissibilidade da presente impugnação recursal nos termos do § 5º do supracitado dispositivo da lei processual. Nesse sentido: EDcl no AgInt no AREsp 974.848/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 12/05/2017; EDcl no AgInt no REsp 1.585.060/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 08/06/2016; EDcl no AgInt no AREsp 604.595/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 06/12/2016; EDcl no AgInt no Ag 1390732/RJ, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 04/11/2016 e EDcl no AgRg no AREsp 835.942/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 23/06/2016.

2. Embargos de declaração não conhecidos" (STJ, EDcl no AgInt no AREsp 993.038/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/08/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA PROCESSUAL APLICADA NO AGRAVO INTERNO. NÃO COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO. PRESSUPOSTO RECURSAL OBJETIVO DE ADMISSIBILIDADE. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

- A aplicação de multa no agravo interno declarado

manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime (art. 1.021, § 4º, do CPC/15), condiciona a interposição de qualquer outro recurso ao depósito prévio do valor da referida sanção processual, conforme inteligência do art. 1.021, § 5º, do CPC/15.

- Embargos de declaração não conhecidos" (STJ, EDcl no AgInt no AREsp 805.753/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 12/06/2017).

Ante o exposto, em juízo de retratação, com fundamento nos arts. 34, XVIII, a, e 259, § 6º, do Regimento Interno do STJ, não conheço do Recurso Ordinário.

I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora

